



MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI
ISSN 2316-1663

VOLUME 11, NÚMERO 3 | JUL.-SET. 2022
<https://doi.org/10.47295/mren.v11i3.293>

A IDENTIDADE DA NAÇÃO NOS CONTOS DE LUÍS BERNARDO HONWANA, UNGULANI BA KA KHOSA E MIA COUTO



THE NATIONAL IDENTITY IN THE SHORT STORIES BY LUÍS BERNARDO HONWANA, UNGULANI BA KA KHOSA AND MIA COUTO

LUANA MARIN GALHARTE

CARINA MARQUES DUARTE

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | OS AUTORES
RECEBIDO EM 16/07/2022 • APROVADO EM 29/09/2022

Abstract

The objective of this article is to verify, from the analysis of short stories by Mozambican writers, to what extent the diegesis is representative of the national identity. To do so, we selected texts by Luís Bernardo Honwana, Ungulani Ba Ka Khosa and Mia e Couto and analyzed the narrative categories, highlighting the space and relationships between the characters. Stuart Hall's postulates about identity were of great value in our analytical journey. The results indicate that in the short story *Dina* the identity of the young man from the corral group — a symbol of gaining political consciousness — is constructed in opposition to that of the colonizer and that of the Mozambican resigned with domination. In *The orgy of the deranged*, the protagonist, after finding his son, says that they are dead, expressing the feeling that living in that situation, during the Civil War, was equivalent alive but dead, that life was terrible, a real martyrdom. In the short story *Rain, the blessed* by Mia Couto, the return of the rain and the departure of the young man with the old man indicate that, with the end of the war, it was possible to have hope for reconstruction. However, building the future would depend on the meaning attributed to the past.

Resumo

O objetivo deste artigo é verificar, a partir da análise de contos de escritores moçambicanos, em que medida a diegese é representativa da identidade da nação. Para tanto, selecionamos textos de Luís Bernardo Honwana, Ungulani Ba Ka Khosa e Mia e Couto e analisamos as categorias da narrativa, salientando o espaço e as relações entre as personagens. Foram de grande valia, em nosso percurso analítico, os postulados de Stuart Hall acerca da identidade. Os resultados indicam que, no conto *Dina*, a identidade do jovem do grupo do curral – símbolo da aquisição de consciência política – se constrói em oposição à do colonizador e à do moçambicano conformado com a dominação. Em *Orgia dos loucos*, o protagonista, após encontrar o filho, diz que eles estão mortos, expressando o sentimento de que viver naquela situação, durante a Guerra Civil, equivalia à morte em vida, de que a vida era terrível, um verdadeiro martírio. Já no conto *Chuva, a abensonhada*, de Mia Couto, o retorno da chuva e a saída do jovem com o velho indicam que, com o fim da guerra, era possível ter esperança na reconstrução. Entretanto, a edificação do futuro dependeria do sentido atribuído ao passado.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Mozambique. Tale. Identity.

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique. Conto. Identidade.

Texto integral

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2019, três países da África foram atingidos pelo ciclone Idai, que deixou um rasto de morte, destruição e desespero, sobretudo na cidade da Beira, em Moçambique. Na sequência do desastre natural, veio a epidemia de cólera. A tragédia provocada pelo Idai é resultado do aquecimento global. Neste ponto, vemos uma reflexão inevitável: Moçambique, como assinalam muitos intelectuais africanos – entre os quais estão Mia Couto e José Eduardo Agualusa –, é um dos países que menos contribuem para o aquecimento global; em contrapartida, é dos que mais sofrem com ele por não dispor de estrutura e recursos para enfrentar catástrofes. Esse momento traumático nos alerta para a necessidade de refletir não apenas sobre a fragilidade de Moçambique, mas, principalmente, sobre a parcela de responsabilidade das grandes nações nos infortúnios africanos.

A tragédia recente sem dúvida será objeto de reflexão da literatura, haja vista que os episódios traumáticos sempre são – a curto ou a longo prazo – elaborados pelo discurso literário. Isto porque, enraizados na memória coletiva, os grandes abalos se convertem em elementos constitutivos da identidade de uma nação.

Assumindo o postulado por Antônio Candido (2006) – a obra literária surge na confluência da iniciativa individual e das condições sociais e as forças sociais condicionam o artista – e Abdala Júnior (1988) –, o texto está povoado de marcas históricas e sociais – estudamos textos produzidos em períodos nevrálgicos da história de Moçambique, com o intuito de verificar em que medida a ficção aponta para a identidade da nação. Assim, analisamos os contos *Dina*, de Luiz Bernardo

Honwana (2008), anterior à Guerra Colonial, *Orgia dos loucos*, de Ungulani Ba Ka Khosa (2016), publicado durante a Guerra Civil, e *Chuva, a abensonhada*, de Mia Couto (2016), publicado, no livro **Estórias abensonhadas**, depois da assinatura do acordo de paz que oficializou o término da guerra em Moçambique.

Ao refletir sobre identidade, Stuart Hall (2006) afirma que, sujeita às vicissitudes da História, a nossa identidade se modifica consoante somos afetados pelas transformações nos sistemas culturais que nos cercam. Uma cultura nacional, enquanto entidade plena de significados, desperta identificações, que redundam na criação de uma identidade nacional. Afetadas pelas transformações nos sistemas culturais, as identidades nacionais não são unificadas, mas deslocadas, caracterizadas também pela ausência de fixidez. Cabe referir que os períodos de guerra são seguidos de crises e reformulações da identidade, inclusive da identidade da nação.

Atrelada às questões de identidade, a literatura acaba refletindo as crises e reformulações identitárias. É o que demonstramos através da análise dos contos e do estabelecimento de relações, sempre que oportunas, com o contexto textual e o contexto de produção.

2. DINA E O PRINCÍPIO DA RESISTÊNCIA

O conto *Dina*, de Luis Bernardo Honwana, integra o livro **Nós matamos o cão-tinhoso**, publicado em 1964, mesmo ano em que a Guerra de Libertação de Moçambique teve início e o autor moçambicano, militante da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), foi preso por suas atividades anticolonialistas.

O nome Dina vem do horário em que se passa a narrativa, ao meio-dia, momento em que o sol está mais alto e o trabalho se torna mais penoso. Madala, um trabalhador submisso, aguarda a ordem do capataz para o intervalo do almoço. A sua espera é descrita como longa, sofrida física e emocionalmente.

O trabalho, associado ao valor civilizacional, moralizador, é utilizado como aparelho ideológico que consagra a hierarquização intrínseca e defende a legitimidade da “superioridade” dos colonizadores. Sendo assim, o conceito de trabalho da época em que o conto foi escrito devia ser exercido pelos *indígenas*, como modo de evitar os inconvenientes do igualitarismo.

Aliás, os nativos colonizados eram chamados de indígenas, definição que, como averiguou José Luís Cabaço (2007), foi uniformizada em 1953, com a publicação do Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique, que dizia respeito aos indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido e vivendo habitualmente (em Angola, Guiné ou Moçambique), não possuíam ainda “[...] a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses [...]” (CABAÇO, 2007, p. 153). Esse estatuto também trata dos usos e costumes, dos hábitos e da educação desse povo.

Em um relatório das **Possibilidades de estudo e condições de vida dos jovens angolanos**, de 1955, disponível no portal Casa Comum, da Fundação Mário Soares, é possível perceber como funcionava o sistema educacional salazarista:

A lei colonial portuguesa separa as populações autóctones em dois grupos: o dos assimilados e o dos indígenas, integrando o primeiro (teoricamente) na lei geral portuguesa e subordinando o segundo a um estatuto próprio. O recente Estatuto dos indígenas define as condições necessárias para uma passagem dum a outro grupo, isto é, segundo os termos da lei para a extinção da condição de indígena e a aquisição de cidadania. As condições exigidas revelam a burla da chamada 'ação civilizadora portuguesa' cujo fim seria a progressiva integração dos indígenas nos quadros da civilização portuguesa: exigisse do indígena, para passar a assimilado, a posse duma instrução que lhe não pode ser fornecida pelo ensino que lhe está reservado o das missões. [...] Realidade que tem naturalmente sua raiz econômica: o interesse da permanência do indígena como mão-de-obra a preço vil facilmente deslocável e sem quaisquer garantias perante uma administração escravocrata (POSSIBILIDADES..., 1955¹ *apud* SILVA, 2015, p. 76-77).

Apenas em 1961, ano em que a pressão internacional crescera, uma proposta política de identidade trata da abolição do indigenato.

A narrativa tangencia os temas da opressão imposta pela doutrina colonial portuguesa e do ressentimento dos nativos e levanta a questão do trabalho em condições sub-humanas. Tendo consciência da violência e do rigor do capataz, os homens ficavam receosos de interromperem o trabalho e, por isso, serem agredidos. Mesmo sabendo que já havia chegado a hora do intervalo, Madala aguarda o chamado do patrão pacientemente, contando o tempo a partir de suas gotas de suor que pingam na plantação de milho. Essas atitudes são exemplos de como o povo era submisso.

Como constatado por Giselda Brito Silva (2015) em seu estudo sobre *A educação colonial do Império Português em África*, ao indígena era oferecido um ensino rudimentar, com conhecimentos de leitura, escrita e contagem, já que eram preparados apenas para o trabalho rural.

Silva (2015), ao analisar o artigo *Educação e ensino*, publicado na Gazeta das Colônias em 1926, demonstra que em tal texto já era possível observar um breve resumo da política educacional pensada para as colônias:

O primeiro passo consiste em transformar esses selvagens e bárbaros em pessoas úteis, inculcando-lhes hábitos pacíficos e conhecimentos agrícolas e profissionais, auxiliando assim a colonização europeia, favorecendo-se a si próprios, tirando da terra mais abundantes produtos, ganhando maiores salários e vivendo mais confortavelmente. Aproveitar a raça negra, moldá-la às suas e nossas necessidades, torná-la apta, desenvolvê-la, aperfeiçoá-la

¹ POSSIBILIDADES de estudo e condições de vida dos jovens angolanos. In: CASA COMUM. [S. l.], 1955. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04356.001.003#1>. Acesso em: 3 maio 2021.

como instrumento de produção e de trabalho agrícola e industrial, chamá-la a nós, à nossa influência, aos nossos costumes e hábitos [...] atraí-la pela acção civilizadora e humanitária, tal será o desideratum que somente se pode conseguir com educação e instrução, mas, ministrada por forma a não transformar o indígena, ainda com a mandrice própria da sua raça, numa creatura nova, só pelo facto de saber ler e escrever; mas, sim a transformá-la em creatura com hábito do trabalho [...] O ensino a ministrar aos indígenas será nitidamente profissional e a instrução literária deve ser rudimentar, limitando-se apenas à literatura e escrita, operações aritméticas e uma noções de higiene prática (SILVA, 2015, p. 72-73).

Apesar de haver uma preocupação em viabilizar educação para os colonizados, nos moldes “civilizatórios” requeridos pela comunidade internacional, todo o sistema escolar era voltado, predominantemente, para os brancos e colonos. Os considerados indígenas “não assimilados” eram direcionados e instruídos de forma rudimentar para o trabalho.

Havia debates a respeito do trabalho escravo e coercitivo e sobre o melhor aproveitamento das colônias, assim como acusações e denúncias em relação ao modo como o império português lidava com o assunto. Pressões internacionais levaram o Ministro das Colônias, Armindo Monteiro, a escrever sobre “[...] conhecer ‘os processos de tratar as populações indígenas’, estudar ‘os seus costumes’, trazê-las ‘a colaboração voluntária e civilizadora do trabalho’” (JERÓNIMO; COSTA, 2014, p. 27² *apud* SILVA, 2015, p. 68). Porém, os esforços para civilizar os nativos consistiam em educação para o trabalho, cristianização e ensino da língua portuguesa, ou seja, um desrespeito à cultura local que gerou resistência ao colonialismo português através de emigrações para colônias vizinhas e até motins.

A educação diferenciada era estratégia de defesa do Império, no sentido da pacificação. Em seu artigo *A educação colonial do Império Português em África*, Giselda Brito Silva (2015) comenta que a fundamentação teórica se baseava em evitar os “perigos da instrução”, com a criação de escolas separadas para os nativos, com uma concepção religiosa de base cristã e direcionamento de seus usos para o trabalho, cujo objetivo era civilizar. Entretanto,

Com o tempo, os nativos foram percebendo que civilizar para o colonizador representava o mesmo que preparar para lidar com o trabalho imposto pelas empresas e produtos coloniais e não com o tipo de educação dispensada aos europeus, consideradas dispensáveis para os indígenas africanos (SILVA, 2015, p. 70).

Investigações dos costumes culturais, através de estudos antropológicos, para fortalecer a administração colonial, faziam parte do regime salazarista. Os

² JERÓNIMO, Miguel Bandeira; COSTA, António Costa (Orgs.). **Portugal e o fim do colonialismo**: dimensões internacionais. Lisboa: Edições 70, 2014. Coleção O Lugar da História, n. 85.

relatórios sobre as minorias étnicas foram fundamentais, após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), para a verificação dos níveis crescentes de resistência e da necessidade de novas abordagens nas colônias.

Giselda Brito Silva (2015) lembra que foi nesse período que a formação dos movimentos de libertação das colônias se tornou mais visível, ganhando novas dimensões em finais da década de 1950 e ao longo da década de 1960, sob a liderança de intelectuais africanos e estudantes que haviam saído para estudar em universidades portuguesas e de outras nações. Esses estudantes, ao regressarem, com novas mentalidades e percepções sobre o colonialismo no continente africano, compreenderam os níveis de exploração de seu povo, tornando-se os principais fomentadores da luta pela descolonização.

Estamos falando do processo de formação da consciência política em uma parcela significativa da intelectualidade das colônias, que teve a Casa dos Estudantes do Império (1944-1965) – uma associação estatal que abrigava jovens oriundos das colônias portuguesas que iam estudar na metrópole – como ambiente fomentador. Criada pelos portugueses, com o intuito de fortalecer a mentalidade imperial nos jovens privilegiados que tinham condições de sair das colônias para estudar, a Casa dos Estudantes do Império (CEI), como atestou Cláudia Castelo [2011], se tornou um importante espaço político e cultural de contestação do regime salazarista e do colonialismo português, subvertendo as expectativas dos governantes.

Se em Portugal crescia a oposição ao Estado Novo, especialmente após às eleições de 1958, em África aumentavam as animosidades, já que as reformas na política colonial, de acordo com Cabaço (2007), não alteravam a natureza das relações sociais em Moçambique. À medida que surgiam focos de revolta dos nativos, os colonos aumentavam a repressão e a segregação, como exemplifica o episódio do massacre de Mueda.³

Apesar das hostilidades, a luta armada demorou para eclodir por conta da reação negativa de uma parcela dos nativos, já acostumados com o sistema social dos colonizadores. No conto *Dina*, essa parcela dos colonizados é representada por Madala, personagem que não ousa erguer-se sem a ordem do capataz, o único branco do conto e que representa o poder da metrópole.

O narrador conta a história do lado de fora, sem participar das ações. Ele conhece todos os fatos e, por não participar deles, narra com certa neutralidade, apresenta as personagens com imparcialidade, permitindo ao leitor tirar suas próprias conclusões. Onisciente, conhece tudo sobre as personagens e sobre o enredo, sabe o que se passa no íntimo de Madala, revelando as suas emoções, dores e pensamentos, de maneira a possibilitar ao leitor o conhecimento das entrelinhas e dos pressupostos das ações.

³ Ocorrido em 16 de junho de 1960, durante uma reunião entre os representantes do atual distrito de Mueda, no norte de Moçambique, e o governo colonial português, em que as autoridades portuguesas decidiram abrir fogo contra a população nativa. O massacre de 600 nacionalistas moçambicanos foi um dos últimos episódios da resistência à dominação colonial portuguesa, antes do desencadear da luta armada de libertação nacional. A reunião em questão teria sido uma exigência da principal organização articulada pela independência do distrito e acredita-se que os disparos foram uma demonstração de poder para tentar impedir movimentação pró-independência entre os moçambicanos. Após a independência, o dia 16 de junho passou a ser comemorado.

A personagem principal era responsável por arrancar as plantas daninhas da terra e sofria com dores insuportáveis nos rins. A narrativa é pontilhada por episódios em que ele, em suas interações com o meio ambiente hostil, é apresentado como portador de uma silenciosa autorreflexão, como quando o resiliente homem admira a terra mesmo após toda descrição de seu sofrido trabalho. Quando finalmente é liberado, ele contempla a terra e diz “Machamba é como o mar” (HONWANA, 2008, p. 70).

Ao chegar ao acampamento, Madala é tratado com reverência, por ser o mais velho do grupo. Um jovem lhe dirige a palavra, reclama do sol na plantação de milho e do capataz e diz: “O branco é mau [...]” (HONWANA, 2008, p. 71). Essa personagem, o jovem do grupo do curral, traz uma reflexão sobre a consciência, por parte dos colonizados, a respeito de suas opções frente à opressão dos colonos.

A filha de Madala, Maria, vai visitá-lo e se sente constrangida com o olhar dos outros homens. A moça, que mora longe, diz ao pai que comeu nas cantinas no caminho até a Machamba e resolve aguardá-lo enquanto ele almoça. Nessa espera, o capataz se aproxima dela para conversar.

O homem branco vai para o meio da plantação de milho e Maria o segue. Trata-se de um momento de grande tensão, em que a ação transcorre lentamente, mas com detalhada descrição. Todos observam a cena:

Madala olhou em volta. Ninguém o olhava diretamente, mas todos os homens do acampamento se tinham dispostos pelas sombras de modo a poderem vigiá-lo. Só o jovem do grupo do curral, que ainda há pouco o interpelara, é que mantinha a expressão malcriada (HONWANA, 2008, p. 79).

Maria fora enganada, seguiu o capataz achando que iriam combinar um encontro futuro, para a noite. A filha de Madala fora estuprada. Violentada aos olhos de todos, inclusive de seu pai.

Com a situação, o jovem do grupo do curral sente ódio. Extremamente aborrecido, buscava por um traço de revolta nos olhos de Madala. Todos veem quando o capataz tenta entregar o pagamento à Maria e, percebendo o constrangimento dela, pergunta se teme que os outros descubram que ela é puta. Envergonhada, a jovem conta que Madala é seu pai, explicando o embaraço da situação.

O capataz fica transtornado com a informação e sente medo. É o momento de maior tensão do conto. Júlio Cortázar (2006) afirma que a tensão é uma característica de todo grande conto e que sua intensidade consiste na eliminação de todas as situações intermediárias: “É uma intensidade que se exerce na maneira pela qual o autor nos vai aproximando lentamente do que conta. Ainda estamos muito longe de saber o que vai ocorrer no conto e, entretanto, não podemos subtrair à sua atmosfera.” (CORTÁZAR, 2006, p. 158). Em silêncio, todos esperam uma atitude de Madala, pois estão dispostos a linchar o capataz.

Amedrontado, o capataz busca a garrafa de vinho que sua mulher lhe mandava para o almoço e que nunca oferecia a ninguém, embora nem sempre tomasse tudo, e entrega para Madala, numa tentativa de se redimir. Tenta mandar

os homens de volta ao trabalho, mas eles continuam imóveis aguardando uma atitude do pai de Maria.

O negro sofrido sabia que era merecedor de tratamento digno. Eles suportavam muitas humilhações, mas havia um limite. Ao ter relações sexuais com Maria diante dos olhos do pai dela, o capataz ultrapassou o limite do tolerável. Porém, ao mesmo tempo que a submissão, inerente à condição de colonizado, provoca no preto o temor ao branco, há uma reflexão sobre o sentido da dominação, da opressão, como também dos limites dessas, na espera dos trabalhadores.

Figura passiva, Madala aceita a afronta do capataz e a garrafa de vinho como “pedido de desculpas”. Com a inércia do homem mais velho, os trabalhadores acabam obedecendo ao seu dominador. Essa atitude pode ser justificada pelo medo e pela adaptação à subserviência, fruto da política de dominação lusitana que doutrinou os naturais da terra.

Indignado e revelando desprezo pela atitude do mais velho, o jovem do grupo do curral cuspiu para os pés de Madala, chamando-o de cão. Todos voltam ao trabalho, menos o jovem, que, com seu espírito revolucionário, não aceita a estrutura de poder estabelecida.

A identidade, como notam Stuart Hall (2006) e Michael Pollak (1992), se constitui sempre em relação aos outros e é o resultado de negociações. Nesse sentido, a identidade do jovem se constitui num embate com a do capataz – o opressor, cujo objetivo é assujeitar os trabalhadores – e com a de Madala – o oprimido, adaptado e sem forças para resistir à dominação. Esse jovem não tem um nome, pois representa a juventude insatisfeita e rebelde, que questiona o sistema e busca por revolução; reclama do trabalho, da Machamba, do capataz, do poder e não admite a falta de atitude de Madala.

Através do rapaz, que, por se opor ao domínio colonial, é agredido pelo capataz, Luís Bernardo Honwana aponta para a resistência, já em curso no começo da década de 1960. A narrativa sugere, contudo, que o embate contra o sistema de aniquilação dos indivíduos não poderia ser obra de um homem apenas, pois toda tentativa dessa ordem, assim como a do jovem, estaria fadada ao fracasso. Portanto, a conquista da liberdade só se efetivaria com o empenho de um grupo consistente e organizado.

3. ORGIA DOS LOUCOS E A EXISTÊNCIA CAÓTICA DURANTE A GUERRA CIVIL

Orgia dos loucos, conto que dá título ao livro de Ungulani Ba Ka Khosa, foi publicado em 1990 em Moçambique, durante a Guerra Civil. No conflito, iniciado dois anos após o fim da Guerra de Independência, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) disputaram o poder por mais de 15 anos, o que levou à devastação do país.

O termo *orgia*, de acordo com o dicionário Houaiss (2009), tem, entre seus significados, os seguintes: estado de desgoverno, desorientação, anarquia, bagunça, confusão, tumulto. É nesse estado caótico que António Maposse, o protagonista, acorda.

Num amanhecer, ainda com estrelas no céu, ele, aos poucos, vai identificando os elementos ao seu redor. Lembra-se de seu nome e dos últimos acontecimentos: “A noite envolve a manhã. Pedacos de carne desprendem-se dos corpos. Gritos. Passos estranhos. Sons mortíferos [...]” (KHOSA, 2016, p. 62). Recordar-se de que invadiram a sua casa e destruíram tudo. Busca incessantemente por alguma compreensão diante da destruição total e se questiona sobre onde estariam o filho e a esposa. Nesse momento, os pés de Maposse “[...] tateiam o chão de sangue, tropeçam em barrotes, espezinham cérebros em farelo. Dedos triturados, olhos sem dono, línguas sem céu e terra, orelhas como búzios nas praias dos fantasmas” (KHOSA, 2016, p. 62-63).

O espaço da narrativa é um vilarejo destruído, com indícios de tragédia e mau augúrio, simbolizado pelas corujas: “As corujas, num concerto tardio de premonições nefandas, piavam sem o maestro dos compassos senis [...]” (KHOSA, 2016, p. 62).

Ao andar em meio à escuridão, o protagonista encontra o corpo de sua mulher. Num fluxo imersivo da narrativa, o narrador onisciente extradiegético fala das lembranças de Antônio e Maria, de sua intimidade, do prazer do sexo consentido. À essa altura, o espaço psicológico é a mente do protagonista, e o tempo não linear da narrativa é marcado por analepses.

Contemplando o presente, Maposse percebe que, além de morta, sua esposa fora estuprada. A mulher fora violada, assim como a casa e a vida deles.

O conto tem por pano de fundo um período desolador da história de Moçambique. Com início em 1976, a Guerra dos 16 Anos foi um conflito extremamente violento, com ataques à população civil, instalações de minas terrestres em estradas e áreas rurais, incursões de bandos armados em aldeias e vilarejos, para matar, torturar e estuprar pessoas inocentes, além da destruição de infraestruturas sociais, escolas e hospitais. Essa violência levou ao êxodo da população e à diminuição da produção agrícola, o que desestabilizou a economia, pois obrigou o governo a utilizar os recursos com a guerra.

A tensão começou após a conquista da independência em meio à implantação, pela FRELIMO, de um governo de viés marxista. De acordo com a historiadora Andressa da Silva Machado (2020), com a união de diversos grupos que defendiam um nacionalismo anticolonial contra a metrópole é que surgiu a FRELIMO. Porém, com a influência da Guerra Fria e o contato com a União Soviética, as orientações políticas passaram a ser socialistas revolucionárias e isso causou uma ruptura na militância.

A insistência em criar uma “consciência nacional”, ignorando as particularidades da população, instituindo um Estado centralizado e combatendo a propriedade privada e o individualismo, numa tentativa de eliminar a luta de classes, foi um grande problema do projeto nacional da FRELIMO, mas não o único. Convém salientar, ainda, a falta de uma ligação genuína entre o povo e o governo, o que gerava uma contradição, afinal, o povo não conseguia compreender e muito menos se identificar com o projeto da FRELIMO, que não contemplava a população tradicional.

Uma vez que os portugueses tiveram certa facilidade em dominar os moçambicanos, em grande parte por conta das divisões étnicas e tribais do povo, utilizando a regra do “dividir para dominar” (PAREDES, 2014, p. 142 *apud*

MACHADO, 2020, p. 5), a FRELIMO apostou na unificação como caminho para fortalecer o país independente. Samora Machel, presidente da FRELIMO, e o partido, acreditavam "[...] que conseguiriam apagar o passado tribal e colonial do povo moçambicano, fazendo uma transformação em nível macrosocial e individual [...]" (MACHADO, 2020, p. 5).

Sheila Khan (2016) verificou num documento datado de 1972, intitulado **FRELIMO: segunda década, novos combates**, que já era notório que a FRELIMO tinha consciência sobre a urgência da construção de uma nova sociedade moçambicana totalmente diferente das estruturas administrativas, burocráticas, sociais e econômicas deixadas pelos portugueses. Além disso, essa nova sociedade deveria se organizar e se sustentar na concepção do "homem novo", que basicamente tratava-se da criação de uma nova identidade nacional em Moçambique, desconsiderando a heterogeneidade em um país que abrigava diversos grupos étnicos.

O governo da FRELIMO ficou isolado na capital, não obtendo controle fora das áreas urbanas. Então, a RENAMO iniciou ataques terroristas contra civis, principalmente nas áreas rurais. Na intenção de aumentar seu controle, o governo central também empregou a violência. Nesse período, massacres, como o da cidade de Homóiine,⁴ eram comuns.

A RENAMO, principal partido de oposição, composto por dissidentes e grupos contrários à FRELIMO, obteve apoio da Rodésia e da África do Sul e entrou em conflito direto com o grupo dominante. A questão étnica foi a causa central do conflito. Machado (2020) ressalta que a RENAMO acusava a FRELIMO de perseguir as etnias localizadas no centro do país. A Guerra Civil evidenciou as falhas existentes no projeto nacionalista, além dos problemas econômicos e da fome, que levariam o projeto socialista ao declínio.

No entanto, como aponta Macedo (2015), a situação ia muito além da história oficial, que resume a oposição em instrumento de interesses externos e a FRELIMO em um homogêneo bloco nacional. As diferenças irreconciliáveis entre os dois grupos se expressaram no transcurso da Guerra Civil – “[...] em vários âmbitos: desde as alianças com grupos étnicos específicos, passando pelos acordos regionais, com vizinhos da África Austral, até os alinhamentos assumidos em relação à Guerra Fria [...]” (MACEDO, 2015, p. 39-40) – e persistem ainda hoje.⁵

O peso da Guerra Civil na história do país leva Ungulani Ba Ka Khosa a fazer um recorte de um “fragmento da realidade”, como diz Cortázar (2006, p. 152), que

⁴ Ocorrido em julho de 1987, o ataque teve início às 5 horas da madrugada e matou cerca de 400 pessoas na cidade de Homóiine. O conflito se estendeu até o hospital da cidade, onde quase todos foram mortos. Apesar de ainda haver certa desconfiança, a versão oficial do massacre responsabiliza a RENAMO.

⁵ Após 20 anos de paz, no final 2012 uma crise política levou os dois grupos a voltarem a se confrontar militarmente. Em uma reportagem do portal Rede Brasil Atual, o jornalista Esteban Muniz (2014) constata que a Renamo acusa a Frelimo – que está há mais de 39 anos no poder – de ter partidariado o Estado. A FRELIMO, por sua vez, critica a RENAMO por ter continuado a ser uma força armada paralela ao Estado mesmo depois da paz. Apesar de o governo moçambicano tentar esconder a gravidade da crise, o novo conflito resultou em cerca de um milhão de deslocados e já matou aproximadamente mil pessoas. Em 2021, ainda se acredita que a desconfiança entre os partidos está longe do fim, como é possível comprovar na matéria de Nádia Issufo (2021) para a **DW Internacional**, que diz que, apesar do nível de conflitualidade pública ter diminuído, por conta da mudança de postura do líder da RENAMO, os dois partidos não estão alinhados.

compara o conto a uma fotografia. Para o autor de **Rayuela**, o contista sabe que não pode proceder cumulativamente, pois o processo de criação do conto está subordinado a uma limitação prévia: ao contrário de romances e filmes, um conto deve ser curto. Por isso, o escritor precisa condensar o espaço da narrativa e se apoiar na tensão: “[...] o romance acumula progressivamente seus efeitos no leitor, enquanto que um bom conto é incisivo, mordente, sem trégua desde as suas primeiras frases [...]” (CORTÁZAR, 2006, p. 152).

A tensão não se refere ao tema, mas, sim, ao tratamento ou técnica literária empregada. Porém, nem sempre a escolha do tema é simples. Às vezes, o contista escolhe; outras vezes, é como se o mundo, o entorno, lhe impusesse a temática a ser abordada: “[...] pensem nos contos que não puderam esquecer e verão que todos eles têm a mesma característica: são aglutinantes de uma realidade infinitamente mais vasta que a do seu mero argumento [...]” (CORTÁZAR, 2006, p. 155). Nesse sentido, o contexto de produção se impõe a Ungulani Ba Ka Khosa, determinando as suas escolhas e o tratamento do tema, de tal modo que *Orgia dos loucos* se configura como uma síntese da realidade moçambicana na Guerra Civil.

Isto posto, tendo constatado a morte de Maria, a Maposse resta procurar o filho. Entretanto, a destruição do espaço não desperta esperança: “Está no gaveto de uma rua dilacerada e pejada de cadáveres conhecidos e desconhecidos. A rua é um talho de carne humana [...]” (KHOSA, 2016, p. 63-64).

Há muitas moscas, baratas, ratos e cadáveres apodrecendo. Há traços de barbárie por todos os lados. Horror e estupefação presente em cada descrição. Com a oscilação do tempo, ele tem outras recordações, memórias e retrocessos ao passado de rituais e práticas culturais anteriores à guerra. Rememora uma profecia de que seu filho morreria de velhice adiantada. Há invocação da fé nesses rituais sociais e religiosos e efeitos sobrenaturais carregados de significado.

Antônio continua à procura do filho. “Grito sem eco. Olhar angustiado. Gestos mortos. Estou morto. Sou um fantasma. Estou entre os espíritos [...]” (KHOSA, 2016, p. 67). A morte é onipresente durante toda a narrativa.

O menino, João, o encontra. Maposse toca o corpo do filho e diz que ele não existe. Sob o signo da desordem, essa situação caótica marca a dissolução e o esfacelamento das coisas, do espaço, das relações e dos sentimentos, dissolvidos na mais completa destruição. Como poderia haver algo vivo em meio a tanto caos? Assim, Antônio Maposse conclui: “Ninguém está vivo. Estamos mortos. Somos espíritos angustiados à porta duma sepultura decente. A vida está com os outros, João [...]” (KHOSA, 2016, p. 68). O espírito angustiado do homem quer descanso. Descobrir que o filho, assim como ele, está vivo, não lhe traz conforto, porque aquela vida era de tormento. Uma vida de tormento, repleta de traumas, equivale à morte. Por isso, para ele, a situação era insuportável, haja vista que experimentava a desagregação de tudo de modo consciente. Após ver e vivenciar tanta crueldade, todos estão inevitavelmente marcados pela desolação.

4. CHUVA, A ABENSONHADA E A ESPERANÇA NA RECONSTRUÇÃO

O conto *Chuva, a abensonhada* integra o livro **Estórias Abensonhadas**, publicado em 1994, após a Guerra Civil. Nele, Mia Couto traz uma mensagem de fé, esperança e renascimento, como sugere o título, que revela um jogo com as palavras “abençoada” + “sonhada” = abensonhada, ou seja, bendita, glorificada, querida e esperada. Ele escreve sobre uma Moçambique pós-guerra, com a sensibilidade de quem desvenda a identidade de um país em transição.

O termo “transição” é aqui empregado, pois, além da guerra, que, por si só, já tem efeitos devastadores, no início da década de 1990, Moçambique sofreu um longo período de seca. Miséria, destruição e mortes marcaram o país. De acordo com Jane Tutikian,

É, aí que Mia Couto deposita o seu grande projeto literário, o projeto da moçambicanidade, o desvendamento da identidade de um país esquecido de si devido aos mecanismos impostos pelo curso da História, pelo colonialismo, pela primeira e segunda guerras coloniais, na tentativa de despertá-lo do desatento abandono de si (TUTIKIAN, 2006, p. 60).

Na prosa poética de Mia Couto, a “chuva abensonhada” que nomeia o conto, ocorre há três dias. O narrador autodiegético observa pela janela, em clima nostálgico, pois há anos não chovia tanto. Ele diz: “De tanto durar, a seca foi emudecendo a nossa miséria [...]” (COUTO, 2016, p. 44). A seca tirara a esperança de um recomeço, e agora, que chovia, ele se perguntava se ainda seria possível ser alegre.

Os elementos climáticos funcionam como uma alegoria para as questões políticas e sociais que Moçambique enfrentava, como é possível comprovar através da passagem: “Estou espreitando a rua como se estivesse à janela do meu inteiro país [...]” (COUTO, 2016, p. 44).

Estamos falando de um país que enfrentou duas guerras seguidas. Após a independência, conquistada com a Guerra de Libertação (1964-1975), a ex-colônia portuguesa entrou numa Guerra Civil (1976-1992), que durou 16 anos e deixou mais de um milhão de mortos, até a assinatura de um tratado de paz.⁶ Os conflitos marcaram profundamente a população, que sofria com os efeitos devastadores da guerra, além de enfrentar extensos períodos de seca.

A violência e a fome fizeram parte da vida das pessoas por quase 30 anos. Por isso, o jovem é desconfiado, ele só viveu em tempos de guerra e tem medo de que chova demais, que, após um período prolongado de seca, haja demasiada água e que a terra fique encharcada. Afinal, não está acostumado com a abundância.

No conto, temos a invocação da tradição oral africana através da velha Tristereza (outro neologismo, agora com a palavra tristeza), que também não

⁶ As negociações começaram em 1988, quando a África do Sul tentou prestar assistência no diálogo entre os partidos, mas o processo de apaziguamento só deu certo com a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), que intermediou a assinatura de um acordo de paz em 1992, além da prestação de assistência aos refugiados que regressaram ao país. Graças ao auxílio da ONU, foi possível a organização da primeira eleição multipartidária em 1994.

relaciona a chuva somente ao clima, mas acredita que a água esteja a cair devido às rezas e cerimônias oferecidas aos antepassados e que representa um recado dos espíritos, do fim da guerra e de novos tempos: “Em toda Moçambique a guerra está a parar. Sim, agora já as chuvas podem recomeçar [...]” (COUTO, 2016, p. 44).

Tristereza está arrumando a casa, alisando os lençóis e lavando as roupas, pois a terra que estava cheia de sangue também está sendo limpa: “Para Tristereza a natureza tem seus serviços, decorridos em simples modos como os dela [...]” (COUTO, 2016, p. 45). Seus entendimentos meteorológicos estão diretamente relacionados às suas crenças.

Ela e o narrador da história funcionam como um contraste entre as gerações: os mais antigos, que tinham esperança nos novos tempos e que acreditavam que a chuva estava lavando o passado, e os mais jovens, cansados, descrentes e desconfiados, como é possível observar na passagem em que ele a observa, toda cuidadosa, pendurando seu casaco lavado e pensa: “Minha teimosia ficou suspensa num cabide [...]” (COUTO, 2016, p. 46). Como tantas personagens de Mia Couto, o protagonista tem seu comportamento afetado pela vida repleta de privações, desarmonias e desencantos. A tia Tristereza quer que ele se vista adequadamente, de maneira a condizer com a festa de Moçambique, mas ele chega a afirmar que nunca usará o casaco, o que sugere que não vê motivos para comemoração.

Fazendo uso de lirismo e metáforas, Mia Couto busca harmonizar a realidade da sociedade moçambicana com suas narrativas:

A fim de conseguir tal intento, a língua é um dos meios escolhidos para recuperar a mundividência mítica, as marcas culturais da oralidade da sociedade tradicional, o onirismo e a simbólica a ela ligadas, numa palavra, a relação empática entre o homem, a natureza e a comunidade (LEITE, 2012, p. 41).

A chuva vai parando, e o rapaz, percebendo que sua atitude incrédula entristece Tristereza, decide confiar na voz da experiência: “E de braço dado, saímos os dois pisando em charcos, em descuido de meninos que sabem do mundo a alegria de um infinito brinquedo [...]” (COUTO, 2016, p. 46). A saída dos dois sugere um sentimento de esperança na reconstrução do país. A edificação do futuro depende da união do jovem com o velho, que representa a sabedoria, a ligação com os antepassados e a preservação das tradições.

A imagem do jovem de mãos dadas com o velho é recorrente na prosa de Mia Couto,⁷ que costuma colocar como pano de fundo em suas narrativas um certo realismo, inserindo vivências e situações sociais e políticas, espreitando indícios da perturbação social, a vida de sua gente afetada pela guerra e pela miséria, mas sempre com comprazimento e compaixão. Nesse caso, além de esboçar um quadro societário, a obra, sobretudo no que concerne à postura das personagens, aponta para a transformação na identidade da nação.

⁷ Especialmente neste livro, em que há o conto *Noventa e três*, em que um velho cego é amigo de um menino de rua e os dois terminam o conto saindo juntos, festejando o tempo.

No livro **E se Obama fosse africano**, o escritor Mia Couto (2011, p. 100) afirma: “[...] aquilo que somos não é o simples cumprir de um destino programado nos cromossomos, mas a realização de um ser que se constrói em trocas com os outros e com a realidade envolvente [...]”. Tais palavras estão em conformidade com os postulados de Stuart Hall (2006) acerca da identidade, que diz que longe de ter uma identidade fixa, o sujeito é o ponto de encontro de várias identidades. Inclusive, o processo de identificação, do qual resulta a nossa projeção nas identidades culturais, se tornou, segundo Hall, provisório, instável e problemático.

Analisando a representação do protagonista à luz de tais considerações, concluímos que, a princípio, ele, tendo conhecido somente períodos de guerra, não consegue ter as expectativas positivas mantidas pela tia Tristereza. Descrente quanto à possibilidade de trégua no sofrimento, que sempre os assolará, o jovem não se identifica com a postura esperançosa. Entretanto, tudo o que concerne à postura das personagens aponta para a transformação da identidade da nação. Antes, tratava-se de um país que, maltratado pela guerra, não podia ter esperança, haja vista que uma parcela considerável da população experimentava uma “morte em vida”, como mostrou o conto *Orgia dos loucos*. Agora, a nação, saída da guerra, com a assinatura do acordo de paz e com a volta da chuva, pode ter uma perspectiva de futuro. Nesse sentido, a postura da personagem de se propor a sair, de mãos dadas ao passado, indica que, em face da mudança, com a perspectiva do fim da miséria, eles pertencem a uma nação que pode ter esperanças de se reconstruir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ancorados na afirmação de Jane Tutikian (2006, p. 15), “[...] a literatura é fonte de cultura e fonte de identidade [...]”, e nos postulados de Stuart Hall (2006), que entende a identidade como um constructo socio-histórico-cultural sujeito a transformações, analisamos textos produzidos em diferentes períodos de Moçambique. A análise dos contos possibilitou-nos identificar diferenças na elaboração da matéria ficcional, que sugerem, mais do que uma resposta do texto ao momento histórico, uma conformação identitária da nação.

Para Appiah (1997), complexas e múltiplas, as identidades brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição a outras identidades previamente definidas. No conto *Dina*, a identidade do jovem do grupo do curral – símbolo da aquisição de consciência política – se constrói em oposição à do colonizador e também à do moçambicano conformado com a dominação.

Avessa ao imobilismo, a identidade, seja a individual, seja a da nação, se transforma. Nos seus contos, Luís Bernardo Honwana, um intelectual comprometido com a causa da fundação da nacionalidade e da autodeterminação, mapeia o momento histórico de reformulação da identidade de Moçambique, o surgimento da consciência e da revolta, que conduziria os moçambicanos à luta armada pela independência. Convém salientar que, nesse processo, o papel dos jovens, tanto dos que estavam na colônia quanto daqueles que estudavam na metrópole, foi fundamental.

Após a independência, uma Guerra Civil eclodiu em razão de os dois grupos dominantes reconhecerem diferenças irreconciliáveis na busca de construir uma nação. Nesse conflito ocorreram práticas de extrema violência, como a incursão retratada em *Orgia dos loucos*. O protagonista diz que eles estão mortos. Expressa, assim, o sentimento de que viver naquela situação equivalia à morte em vida, de que a vida era terrível, um verdadeiro martírio.

Através da obra literária temos um retrato, uma síntese da realidade durante a Guerra Civil, uma reconstrução ficcional do passado que pode ser utilizada como fonte de estudos. As representações literárias não são neutras, são produzidas de acordo com a visão de mundo de quem a produz. Ungulani Ba Ka Khosa é um professor e escritor moçambicano, conhecido por sua obra crítica, com textos que evidenciam e problematizam as práticas e decisões dos governantes, desde o período colonial até os dias atuais.

A identidade de uma nação relaciona-se a uma sucessão de elementos. “Devemos ter em mente esses três conceitos, ressonantes daquilo que constitui uma cultura nacional como uma ‘comunidade imaginada’: as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança [...]” (HALL, 2006, p. 28). É exatamente isso que vemos no conto de Mia Couto. Vivenciando um período de transição, o retorno da chuva e a saída do jovem com o velho nos indicam que, com o fim da guerra – e os períodos de guerra, como refere Pollak (1992), são sempre marcados por reformulações da identidade –, era possível ter esperança na reconstrução. Entretanto, a edificação do futuro dependeria do sentido atribuído ao passado.

Referências

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Literatura, História e política**. São Paulo: Ática, 1988.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CABAÇO, José Luiz de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. 475 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/pt-br.php>. Acesso em: 3 maio 2021.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2006.

CASTELO, Cláudia. **A casa dos estudantes do império: lugar de memória anticolonial**. [S. l.], [2011]. Coleção CEI-CRN: comunicações a conferências nacionais, CIEA7 #6. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2244>. Acesso em: 20 fev. 2021.

- CORTÁZAR, Julio. **Valise de cronópio**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- COUTO, Mia. Chuva, a abensonhada. *In*: COUTO, Mia. **Estórias abensonhadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 44-46.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HONWANA, Luís Bernardo. Dina. *In*: HONWANA, Luís Bernardo. **Nós matamos o cão-tinhoso**. Lisboa: Edições Cotovia, 2008. p. 65-86.
- ISSUFO, Nádia. Moçambique: ainda cabe a reconciliação no “alinhamento” RENAMO-FRELIMO? **DW Internacional**, [s. l.], 21 abr. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-ainda-cabe-a-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-no-alinhamento-renamo-frelimo/a-57277413>. Acesso em: 3 maio 2021.
- KHAN, Sheila. Moçambique 41 anos depois: ‘crônica’ de uma imaturidade política. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 944-960, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.3.25257>. Acesso em: 3 maio 2021.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka. Orgia dos loucos. *In*: KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Orgia dos loucos**. São Paulo: Kapulana, 2016. p. 61-68.
- LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas pós-coloniais**: estudos sobre literaturas africanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- MACEDO, Victor Miguel Castillo de. **Memórias, silêncios e intimidades**: sobre a política contemporânea em Moçambique (1975-2015). 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40916/R%20-%20D%20-%20VICTOR%20MIGUEL%20CASTILLO%20DE%20MACEDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 maio 2021.
- MACHADO, Andressa da Silva. Desventuras do Pós-Independência em Moçambique: nacionalismo, guerra civil e memória coletiva. **Revista Discente Oficinas de Clio**, Pelotas, v. 5, n. 9, p. 55-65, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/clio.v5i9.19540>. Acesso em: 3 maio 2021.
- MUNIZ, Esteban. Para Mia Couto, é preciso resolver o passado de Moçambique para curar o presente. Entrevistado: Mia Couto. *In*: REDE BRASIL ATUAL, [s. l.], 4 abr., 2014. Disponível em: <https://redebrasilatual.com.br/cultura/2014/04/para-mia-couto-e-preciso-resolver-o-passado-de-mocambique-para-curar-o-presente-9008/>. Acesso em: 3 maio 2021.

ORGIA. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009. p. 1397.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SILVA, Giselda Brito. A educação colonial do Império Português em África (1850-1950). **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, SE, n. 21, p. 67-83, set./out. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/4602/3805>. Acesso em: 11 maio 2021.

TUTIKIAN, Jane. **Velhas identidades novas: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006.

Para citar este artigo

GALHARTE, L. M.; DUARTE, C. M. A identidade da nação nos contos de Luís Bernardo Honwana, Ungulani Ba Ka Khosa e Mia Couto. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 11, n. 3, 2022, p. 49-65.

As autoras

LUANA MARIN GALHARTE é graduanda em Licenciatura em Letras / Português e Inglês na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Foi bolsista de Iniciação Científica (2020-2021). Atua no projeto *Metáfora e voz da tradição em tempos sombrios nas literaturas de língua portuguesa*. Integra o Grupo de Pesquisa *Literatura e Tempos Sombrios*.

CARINA MARQUES DUARTE é professora Adjunta de Literatura Portuguesa na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAN). Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Estágio Pós-doutoral em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela mesma instituição. É líder do Grupo de Pesquisa *Literatura e Tempos Sombrios*.